

REGIÃO

Terra Boa promove 4ª Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa

Segundo dados estimados, 18,24% da população de Terra Boa tem mais de 60 anos



Realização foi coordenada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Terra Boa
Redação com Assessoria

A Prefeitura de Terra Boa promoveu, na quarta-feira, 26, a 4ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Com o tema "Envelhecimento Multicultural e Democracia:

Urgência por Equidade, Direitos e Participação", o evento reuniu representantes da sociedade civil e do poder público para debater e propor ações voltadas à população idosa do município.

A conferência ocorreu no Centro de Convivência

do Idoso Lúcia e Lucílio Gobbi (CECON), com presença significativa de pessoas idosas, profissionais da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e representantes de instituições locais, como a APAE e o Lar São Vicente de Paulo. O

encontro destacou a importância da articulação entre diferentes setores para garantir políticas públicas mais inclusivas e efetivas.

Segundo dados estimados, cerca de 18,24% da população de Terra Boa tem mais de 60 anos. Esse índice reforça a necessidade de ampliar espaços de escuta, garantir a participação ativa e assegurar os direitos desse grupo por meio de iniciativas permanentes de diálogo e construção coletiva.

A realização foi coordenada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Além das propostas discutidas, um dos objetivos principais do evento foi a eleição do delegado que representará o município na conferência estadual, programada para os dias 26, 27 e 28 de agosto, em Foz do Iguaçu.

SENADO

Com nova lei, Paraná ganhará mais uma cadeira na Câmara

Curitiba
Redação ADI-PR

Após as eleições de 2026, a Câmara dos Deputados passará a ter 531 cadeiras, 18 a mais do que as atuais 513. A mudança está prevista no Projeto de Lei Complementar (PLP) 177/2023, aprovado nesta quarta-feira (25) pelo Senado, com 41 votos favoráveis e 33 contrários. A proposta estabelece que a criação e manutenção dos novos mandatos não poderá gerar aumento real de despesas para a Câmara entre 2027 e 2030. Como o Senado retirou trechos anteriormente aprovados pelos deputados, o texto agora retorna à Câmara para nova análise. O Paraná será um dos estados contemplados, com o acréscimo



Constituição não fixa o número máximo de cadeiras na Câmara

de um deputado federal. A ampliação do número de deputados responde a uma exigência constitucional de atualização proporcional da representação parlamentar conforme a população de cada estado, com base nos dados do censo. A Constituição não

fixa o número máximo de cadeiras na Câmara, mas prevê um mínimo de 8 e um máximo de 70 deputados por unidade federativa. A última revisão do número de representantes ocorreu com a Lei Complementar 78, de 1993, baseada no Censo de 1986.

O novo projeto revoga essa lei e determina que futuras redistribuições deverão utilizar exclusivamente os dados oficiais dos censos demográficos do IBGE.

Durante a votação, o relator da matéria, senador Marcelo Castro (MDB-PI), defendeu a constitucionalidade e necessidade da proposta, destacando que o número de cadeiras estava desatualizado há quase quatro décadas. Ele também acatou emendas para garantir que não haja aumento orçamentário e que as despesas com os novos parlamentares se mantenham corrigidas apenas pela inflação. O texto final excluiu a previsão de auditoria do TCU e reforçou que as próximas alterações deverão seguir os dados do Censo de 2030.

A PARTIR DE JULHO

Cianorte terá fiscalização mais rígida sobre preços em vitrines

pedido da Promotoria de Justiça, após o recebimento de reclamações sobre a ausência de informações visíveis em vitrines e prateleiras.

Segundo a promotora Elaine Lopo Rodrigues, as ações visam garantir o cumprimento da Lei nº 10.962/2004, que determina a obrigatoriedade da exibição clara dos valores de produtos e serviços ao consumidor. O Decreto nº 5.903/2006, que regulamenta a norma, exige que os preços estejam visíveis, legíveis e posicionados junto aos itens, inclusive nas vitrines.

A legislação também

protege o consumidor em caso de divergência entre os valores informados e os cobrados no caixa. Nesses casos, prevalece o menor preço, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

A Associação Comercial e Empresarial de Cianorte (ACIC) informou que foi acionada pela Promotoria para colaborar com a campanha de orientação. Desde então, a entidade tem reforçado a importância da especificação correta junto aos seus associados.

Estabelecimentos que não estiverem em conformidade poderão ser autuados e receber multas.



Medida atende a um pedido da Promotoria de Justiça

Cianorte
Da Redação

A partir de julho, estabelecimentos comerciais

de Cianorte estarão sujeitos a fiscalizações mais rigorosas quanto à exposição de preços de produtos. A medida atende a um

Indicadores Econômicos

CÂMBIO

26/06/25

	% dia	compra	venda	% mês	MOEDAS X REAL
DÓLAR COMERCIAL	-0,99%	5,4980	5,4990	-3,83%	Líbra esterlina R\$ 7,59
DÓLAR PTAX (BC)	-0,51%	5,5139	5,5145	-3,40%	Peso argentino R\$ 0,005
DÓLAR PARALELO	-0,85%	5,4000	5,8200	-3,64%	US\$ 1 É IGUAL A: Iene 144,36
DÓLAR TURISMO	-0,85%	5,4000	5,8000	-3,65%	Líbra esterlina 0,73
EURO	+0,32%	6,4601	6,4613	-0,25%	Euro 0,85

BOVESPA

26/06/25

IBOVESPA: +0,99% 137.113 pontos

POUPANÇA, TR (%)

26/06/25

Volume negociado: R\$ 22,00 bilhões		Poupança antiga: depósitos até 03/05/22	Nova poupança: dep. a partir de 04/05/22
Acões	%		
Petrobras PN	+0,80%	31,46	
Vale ON	+3,01%	52,00	
ItaúUnibanco PN	-0,74%	36,31	
Bradesco PN	+0,91%	16,55	
Cogna ON	-1,42%	2,78	
Azusa ON	+5,97%	40,82	
Qualicorp ON	+5,56%	1,90	
BOLSAS NO MUNDO	%		
Dow Jones	43.386,84	+0,94	
Londres	8.735,60	+0,19	
Tóquio	39.584,58	+1,65	
ORO -	var. dia		
26/06	R\$ 589,40	-0,54%	

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

26/06/25

Índice em %	jan	fev	mar	abr	mai	jun	ano	12m
INPC (IBGE)	0,00	1,48	0,51	0,48	0,35	-	2,85	5,20
IPCA (IBGE)	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26	-	2,75	5,32
IPCA-15 (IBGE)	0,11	1,23	0,64	0,43	0,36	0,26	3,06	5,27
IPC (Fipe)	0,24	0,51	0,62	0,45	0,26	-	2,10	5,20
IGP-M (FGV)	0,27	1,06	-0,34	0,24	-0,49	-	0,74	7,02
IGP-DI (FGV)	0,11	1,00	-0,50	0,30	-0,85	-	0,05	6,27
IPAO (FGV)	0,03	1,03	-0,88	0,20	-1,38	-	-1,10	6,70

REAJUSTE DE ALUGUEIS

26/06/25

Índice	abr	mai	jun	abril	maio	junho	ano	12m
INPC (IBGE)	1,0520	1,0532	1,0520	-	-	-	-	-
IGP-M (FGV)	1,0858	1,0850	1,0702	-	-	-	-	-
IGP-DI (FGV)	1,0857	1,0811	1,0627	-	-	-	-	-

* Correção anual. Multiplicar valor pelo índice

OUTROS INDICADORES

26/06/25

Período	POUP ANTIGA	POUP NOVA	REMUN BÁSICA
20/5 a 20/6	0,6745	0,6745	0,1736
21/5 a 21/6	0,6745	0,6745	0,1736
22/5 a 22/6	0,6726	0,6726	0,1717
23/5 a 23/6	0,6706	0,6706	0,1698
24/5 a 24/6	0,6706	0,6706	0,1698
25/5 a 25/6	0,6726	0,6726	0,1717
26/5 a 26/6	0,6745	0,6745	0,1736
27/5 a 27/6	0,6745	0,6745	0,1736
28/5 a 28/6	0,6745	0,6745	0,1736
1/6 a 1/7	0,6707	0,6707	0,1699
2/6 a 2/7	0,6727	0,6727	0,1718
3/6 a 3/7	0,6727	0,6727	0,1718
4/6 a 4/7	0,6727	0,6727	0,1718
5/6 a 5/7	0,6727	0,6727	0,1718
6/6 a 6/7	0,6708	0,6708	0,1700

* Correção anual. Multiplicar valor pelo índice

PREVIDÊNCIA

26